

O paraíso amazônico e seus mitos cartográficos

El paraíso amazónico y sus mitos cartográficos

Paradise Amazon and its cartographic myths

Le paradis amazonien et ses mythes cartographiques

Junia Ferreira Furtado



Electronic version

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7371>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.7371

ISSN: 2316-7793

Publisher:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Electronic reference

Junia Ferreira Furtado, "O paraíso amazônico e seus mitos cartográficos", *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 14 | 2020, Online since 31 December 2020, connection on 18 March 2021. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7371> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.7371>

This text was automatically generated on 18 March 2021.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

O paraíso amazônico e seus mitos cartográficos

El paraíso amazónico y sus mitos cartográficos

Paradise Amazon and its cartographic myths

Le paradis amazonien et ses mythes cartographiques

Junia Ferreira Furtado

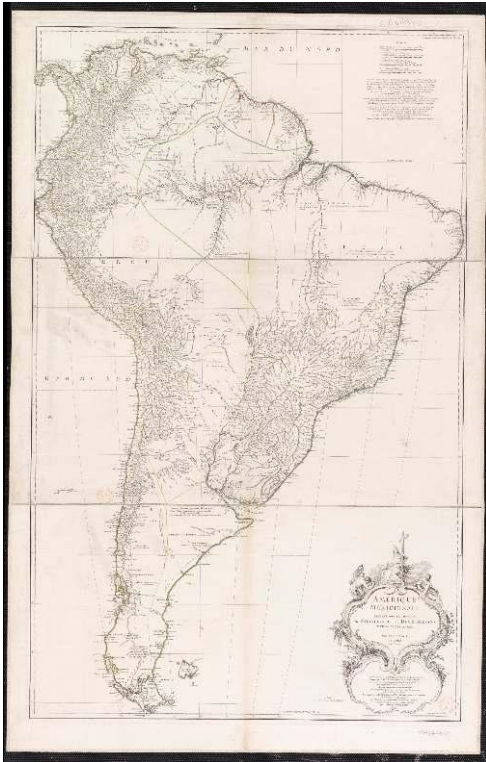
AUTHOR'S NOTE

Esta é uma versão modificada de parte do Capítulo 9 do meu livro *Oráculos da geografia iluminista* (Furtado, 2012: 434-465). Agradeço ao CNPq, à CAPES e à *Bibliothèque Nationale de France* que, em tempos de pandemia, disponibilizou gratuitamente a reprodução de seu acervo para fins científicos.

- 1 A denominação rio das Amazonas, que substituiu os tradicionais topônimos Solimões e Maranhão, até então majoritariamente empregados pelos portugueses, além da ausência do lago Parima, na primeira edição do mapa *Amérique méridionale* (Figura 1), de autoria do geógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, em 1748, e sua reinserção na segunda reedição do mapa, em 1760, suscitam interessantes considerações sobre como os mapas dão a ver ou silenciam elementos geográficos mitológicos do Novo Mundo. A configuração do Brasil na primeira edição da *Amérique méridionale*,¹ produzida sob forte influência do embaixador português dom Luís da Cunha, legitimava cartograficamente a pretensão dos portugueses de soberania sobre um vasto território, muito maior do que o que Portugal possuía por direito, conforme os acordos diplomáticos vigentes com a Espanha, expandindo-se pela região amazônica, pelo centro-oeste e extremo sul do continente.² Para tanto, o geógrafo e o diplomata buscaram construir uma representação que espelhasse a real configuração geográfica dos espaços representados, de forma que, uma vez negociados os limites tendo como base um mapa fidedigno, os diferendos entre as duas Coroas ibéricas seriam definitivamente encerrados. Mas, a despeito dessa metodologia, uma geografia

fantástica emerge na porção amazônica do território brasileiro. O objetivo deste artigo é discutir como D’Anville, um geógrafo que defendia a necessidade de inserir em um mapa apenas os acidentes sobre os quais houvesse um conhecimento empírico positivo, construiu representações geográficas desses dois mitos – as amazonas e o Paríma.

Figura 1: D’Anville, *Amérique Méridionale*, impresso, 1748



Fonte: BNF, DCP, GE C-6149. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530835838>

As amazonas

- 2 Como aponta a cartela da *Amérique méridionale*,³ o viajante francês Charles Marie de La Condamine desempenhou importante papel na configuração espacial que D’Anville imprimiu à região da bacia Amazônica, mesmo em trechos, como o rio Negro, que jamais visitou.⁴ La Condamine, juntamente com Pierre Bouguer, sob a direção de Louis Godin, integrou, em 1735, a expedição espano-francesa que foi ao Peru medir um arco de meridiano, no contexto do debate sobre o formato da terra.⁵ Ao fim da expedição, ele decidiu retornar à Europa descendo o Amazonas, o que fez entre maio e setembro de 1743, pois o trajeto do rio era de grande interesse entre os *savants* europeus, já que seu conhecimento era, até então, bastante relativo. A partir de Quito, La Condamine dirigiu-se às cabeceiras do rio, ainda em território espanhol e, a partir de Jaén de Bracamoros, onde o rio se torna navegável, percorreu seu curso principal até a cidade de Belém do Pará. De lá, viajou de canoa até Caiena, contornando a ilha de Marajó.⁶ Suas impressões também foram fundamentais na escolha de D’Anville do nome do rio a ser impresso no mapa, sendo que, na primeira metade do século XVIII, vários topônimos distintos ainda eram empregados para designar esse vasto mar de água doce. É importante salientar que ele dava bastante atenção à nomenclatura empregada nos topônimos, buscando

respeitar a língua e os usos locais.⁷ O nome *Riv. des Amazonas* é impresso, em fonte destacada em relação aos demais rios que compõem seu sistema, registrado no seu terço médio-superior, logo depois que suas águas entram em território português. Para os demais emprega a palavra *rio* e não *rivière*. Desse modo, o nome selecionado revela duas inconsistências em relação ao seu próprio método para a escolha dos topônimos: a grafia, ainda que abreviada, em francês e não na língua local, e a rara utilização do nome Amazonas na porção portuguesa. Por essa última razão, ele insere um texto próximo à confluência com o rio Negro, que diz: “O rio Amazonas, abaixo do rio Negro, é chamado pelos portugueses RIO SOLIMÕES, ou rio dos Peixes.”

- 3 De fato, a nomenclatura do rio até essa época ainda apresentava grande variação: Orellana, Maranhão, Grão-Pará, Peixes, para os colonizadores; ou Paranguazú, Guyerme e Solimões, nas línguas dos nativos que habitavam suas margens. O médico José Rodrigues Abreu revela essas ambivalências.⁸ Em sua descrição do Brasil, datada de 1739, denomina o rio de Grão-Pará, mas informa que, ao se “meter no mar, [já é] o mais opulento rio do mundo com nome *das Amazonas*”. Ele sabia o que estava dizendo, pois foi médico de cabeceira de Antônio de Albuquerque, quando este governou o Maranhão, entre 1691 e 1701. Segundo seu testemunho ocular: “Dizem que neste rio se pesca uma tal quantidade de peixe, que faz tremer com força o braço da cana, assim que brandamente se toca na isca”, o que explicava o nome rio dos Peixes, denominação que também era utilizada.⁹
- 4 Bem antes de José Rodrigues Abreu, ainda no século XVI, “o primeiro europeu que o avistou do Atlântico, quando deságua no mar, deu-lhe o nome de ‘Santa Maria do Mar Doce’, pensando que se tratava de um mar que não fosse salobro”.¹⁰ Essa denominação se relaciona ao contexto da expansão marítima, período no qual, usualmente, os designativos escolhidos pelos portugueses faziam referência à religião católica, suas festividades, santos e divindades: Monte Pascoal, Bahia de São Salvador ou Santa Maria de Belém do Grão Pará, que remete ao primeiro nome que o rio recebeu de seu descobridor.
- 5 D’Anville não se furta dessa discussão, já que precisava justificar a escolha do topônimo Amazonas. Assim, em uma das memórias geográficas que escreve sobre a *Amérique méridionale*, afirma que, sobre o “Maranhão, é necessário dizer qualquer coisa sobre a origem de seu nome”. Segundo ele, a origem desse nome foi atribuída, pelos jesuítas Pedro Simão e Manuel Rodrigues, à expedição do conquistador espanhol Lopes de Aguirre, que acompanhou o comandante Pedro de Urzúa, partindo do Peru, em 1559, em busca do Eldorado. À medida que descia o rio, Aguirre transformava sua expedição numa verdadeira carnificina, matando Urzúa e outros, como Fernando de Guzmán, que sucedeu Urzúa no comando. Assim, os que sobraram com Aguirre após esses violentos conflitos se autodenominaram maranhões, ou “marañones, que foi inventado por eles, para se chamarem uns aos outros, ou para qualificar sua tropa em geral, e Moragnon [ou Maranhão] (...) se tornou próprio do rio, no qual esses sangrentos episódios foram encenados”.¹¹
- 6 No entanto, D’Anville não escolhe esse topônimo para designar o rio no seu mapa. A razão, segundo ele, seriam “as mulheres que fizeram dar ao Maranhão o nome de rio das Amazonas”. O mito das amazonas remonta à Antiguidade e tem uma de suas versões mais difundidas em Estrabão. D’Anville sabe muito bem disso e menciona seu Livro XI, onde o sábio descreve essas mulheres, “que habitam nas proximidades de Termodonte”, nos limites do mundo conhecido pelos gregos.¹² Ao apresentar as amazonas, as

descrições dos autores da Antiguidade apresentam algumas variações: uns dizem que elas cortavam um dos seios para posicionarem o arco, outros não; uns, que matavam seus descendentes masculinos, outros que os entregavam para serem criados pelos pais e ficavam apenas com as meninas. D’Anville percebe que as amazonas americanas assimilaram, entre tantas variações, os traços distintivos do padrão clássico das que habitavam junto ao rio Termodonte.

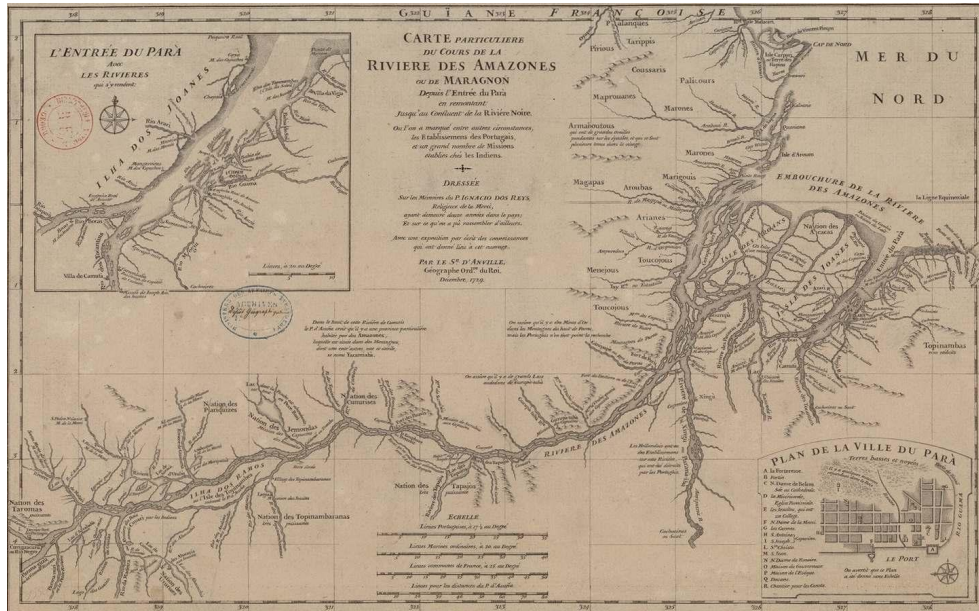
- 7 A transposição desse mito para a América remonta, inicialmente, a Colombo, que situa a existência dessas mulheres guerreiras em algumas ilhas do Caribe, mas acaba sendo aderido de forma permanente ao espaço entre o norte da América portuguesa e as Guianas. Isso se deveu inicialmente à expedição de Francisco Orellana, que, entre 1541 e 1542, desceu o rio em busca do país da Canela.¹³ Pouco depois de começar a viagem, os expedicionários foram informados, na região dos omáguas, pelo cacique Aparia, que estivera naquelas terras, “que, águas abaixo, no grande rio, se achavam amazonas e que, apartadas dele e metidas terra adentro, estavam as dependências do chefe Ica, abundantíssimos em metal amarelo”.¹⁴ Foram, no entanto, advertidos que se fossem “ver as amazonas, que chamam na sua língua *coniupuiara*, que quer dizer grandes senhoras, que vissemos o que fazíamos, porque éramos poucos e elas muitas, e que nos matariam”. O frei Gaspar de Carvajal, cronista dessa viagem, relatou o encontro violento e belicoso que finalmente tiveram com essas guerreiras, quando chegaram nas terras que chamaram de São João, nas proximidades do rio Madeira, pois ali pararam para celebrar as festas em homenagem a esse santo, no dia 24 de junho. O frei deixou um raro registro sobre o modo como aparentavam: “Estas mulheres são muito alvas e altas, com cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com os seus arcos e flechas nas mãos”.¹⁵ Walter Raleigh, que escreveu em 1591, também atesta seu espírito guerreiro: “Amazonas, iremos presentemente escutar o nome destas virgens, que não apenas são capazes de defender seus territórios e seus vizinhos, mas também de invadir e conquistar tão grandes impérios e tão remotamente distantes”.¹⁶ Mas, apesar de ter sido o primeiro a encontrá-las, Orellana não associou o rio a elas, e sim a si próprio. O relato que Carvajal escreveu, denominado *Descobrimento do rio de Orellana*, tornou público o batismo do rio com o nome desse seu desbravador e contribuiu para a polivalência das designações existentes.
- 8 Foi a expedição de Pedro Teixeira, de 1639, que instituiu pela primeira vez o topônimo de Amazonas para o rio, embora tenha tentado registrar o de São Francisco de Quito, que, segundo ele, era mais utilizado. De acordo com frei Laureano de la Cruz, que, em 1650, foi missionar junto aos omáguas nas proximidades dos rios Juruá e Tefé, esse último nome “deram os portugueses ao rio, por acreditarem que o haviam descoberto e navegado os religiosos filhos de São Francisco”.¹⁷ A expedição de Pedro Teixeira teve um sentido inverso às anteriores, partindo de Belém e subindo o rio até Quito, no Peru. No contexto da União Ibérica, pretendia estabelecer a soberania portuguesa sobre a sua navegação, daí o intencional abandono dos topônimos Orelhana e Maranhão, que Aguirre lhe conferira, ambos impregnados de referências à hegemonia espanhola sobre o rio. Dois relatos foram produzidos sobre essa viagem. O primeiro, escrito pelo jesuíta Alonso Rojas, em 1637, descreve a viagem de ida, subindo o rio, e se intitula *Relação do descobrimento do rio da Amazonas, hoje S. Francisco de Quito*. O segundo, de autoria de outro jesuíta, Cristóbal de Acuña, de 1641, que relata a viagem de volta, chama-se *Novo Descobrimento do grande rio das Amazonas*, revelando a toponímia ainda oscilante do rio. Logo no início desse último relato, o cronista deixa claro sua opção, refutando os

demais nomes, e começa pela descrição do “descobrimento do grande rio das Amazonas, o qual, por erro comum dentre os poucos encontráveis na geografia, foi chamado de Marañon”, contribuindo para a difusão desse topônimo. Insiste que “os cosmógrafos que o têm estudado até hoje não o conhecem por nenhum outro [nome], senão este” e, quando descreve as amazonas, comenta que seria de se admirar terem usurpado o nome do rio sem que nisto houvesse maiores fundamentos, isto é, sem que elas existissem de fato.¹⁸

- 9 Nem Pedro Teixeira, nem seus dois cronistas chegaram a avistar as amazonas. Acuña garante a seus leitores que “só me prevaleço do que com meus ouvidos ouvi e com cuidado averigui, desde que pusemos o pé neste rio”. Sobre as famosas amazonas afirmou que, de todas “as longas histórias que, por todo o rio” recolheram, as notícias mais concretas foram fornecidas pelos tupinambás.¹⁹ Esses eram capazes de se comunicar na língua geral e, por isso, os portugueses não precisavam de intérpretes para conversar com eles. Rojas conta que “disseram esses índios, ao soldado que os entendia, que nas bandas do norte, onde iam uma vez por ano, havia umas mulheres e ficavam com elas dois meses e se dessa união tinham parido filhos, os traziam consigo e as filhas ficavam com as mães”.²⁰
- 10 Acuña é a grande autoridade em que D’Anville e La Condamine se apoiam, tanto para traçar a rede hidrográfica da região quanto para atestar a existência das amazonas e a escolha da denominação do rio, a despeito de saberem não ser este o topônimo mais empregado pelos portugueses. La Condamine buscava ser reconhecido como o novo Acuña, cujo relato considerava de natureza histórica,²¹ pois, segundo ele, “nada se sabe na Europa de hoje em dia quanto ao que concerne aos países atravessados pelo Amazonas, além do que se havia aprendido há mais de um século pela ‘Relação’ do padre d’Acuña”.²² D’Anville efetivamente concede esse crédito e afirma que La Condamine “fez reviver os escritos de Acuña”.²³
- 11 Os dois franceses revelam conhecer a diversidade de nomes pelos quais o rio era chamado. Por que então a escolha de uma nomenclatura sobre as demais e a que não era a mais empregada? La Condamine reflete sobre sua toponímia e afirma que os antigos autores espanhóis chamavam o rio de Marañon, mas que mais modernamente, depois de Orellana ter visto as Amazonas, este último nome tornou-se o único a que se referem, pois “foi conservado até hoje, há mais de dois séculos, pelos espanhóis, para [chamar] todo o seu curso”. Quanto aos portugueses, diz que havia grande diversidade de designativos. Junto à foz eles o conheciam “senão pelo nome de rio das Amazonas, e mais acima pelo de Solimões [rio dos venenos] e transferiram o apelido de Marañon, ou de Maranhão em seu idioma, a uma cidade e a uma província inteira”. Após essas considerações, conclui: “Usarei [na minha crônica] indistintamente o nome de Maranhão, ou de rio das Amazonas.”²⁴
- 12 A autoridade conferida por D’Anville a La Condamine é, sem sombra de dúvida, determinante para que esse geógrafo opte pelo topônimo Amazonas para batizar o rio. A essas famosas guerreiras, o viajante francês dedica um capítulo inteiro no livro que narra suas aventuras rio abaixo. Nele atesta e naturaliza a sua existência, o que não deixa de causar certo mal-estar junto às audiências cultas europeias.²⁵ A outra fonte de D’Anville é o padre mercedário Ignácio Reis, com quem se encontrou na casa de Pedro Nolasco Convey. Convey, além de financista, era um *savant*,²⁶ “reconhecido por seu gosto pela literatura que lhe deu lugar de formar uma biblioteca”, na qual dispunha de uma coleção “considerável de livros espanhóis e portugueses” e “manuscritos os mais

curiosos”.²⁷ Parte dessa coleção, como o mapa de Reis, disponibilizou a d’Anville, por instâncias de dom Luís, para que ele traçasse a região amazônica na *Amérique méridionale*.

Figura 2: Carte du cours de la rivière des Amazones ou de Maragnon depuis l’entrée du Para en remontant jusqu’au confluent de la Rivière Noire où l’on a marqué entre autres circonstances, les établissements des Portugais, et un grand nombre de Missions établies chés les indiens, dressée sur les Mémoires du P. Ignacio dos Reys, D’Anville, 1729.



Carte du cours de la rivière des Amazones ou de Maragnon, de D’Anville, baseada no mapa do padre Ignacio Reis.

Fonte: BNF. DCP. GE DD 2987 (9550). Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8596756f>

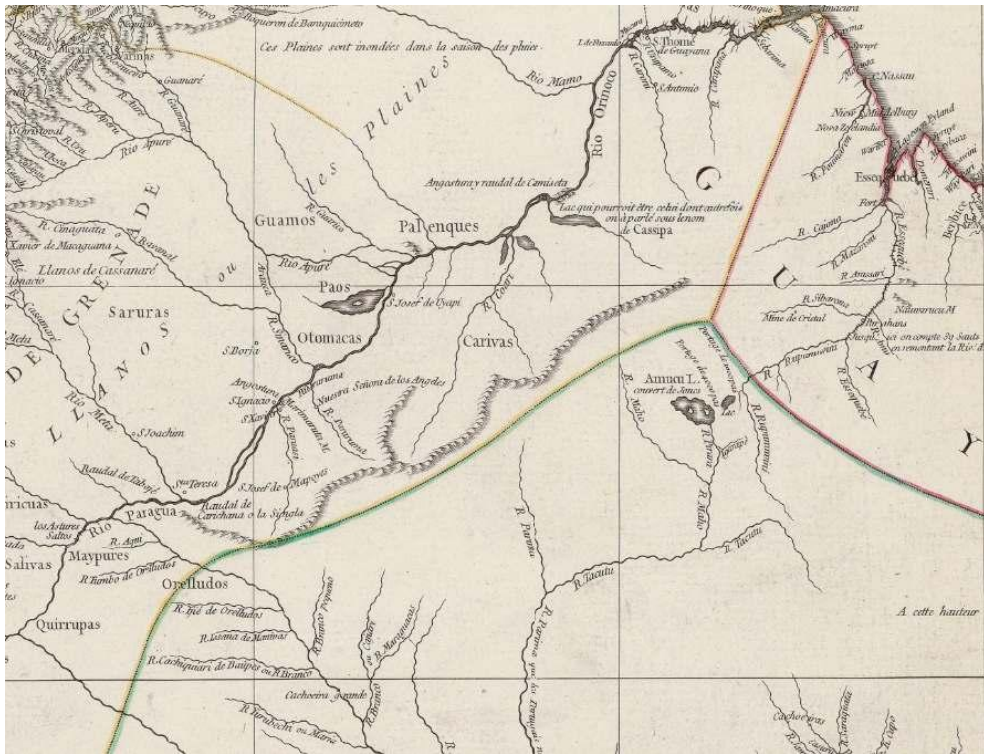
- 13 Em 1729, segundo as memórias de Reis, “tendo [ele] vivido doze anos nesse país, e sobre o que conseguimos coletar de outros lugares”, D’Anville fez um mapa manuscrito, que intitulou *Carte particulière du cours de la rivière des Amazones ou de Maragnon* (Figura 2), que integra sua coleção cartográfica, hoje depositada na *Bibliothèque Nationale de France*, dando a entender que tinha a intenção de publicá-la, mas tal fato não chega a ocorrer. Seu título apresenta a duplicidade de nomes do rio, Amazonas aparece primeiro, e uma observação, escrita na sua margem norte, aponta para a existência das Amazonas: “No alto desse rio de Cunuris, o padre Acuña acredita que há uma província particular habitada pelas Amazonas, a qual está situada nas montanhas”.²⁸
- 14 Por sua vez, La Condamine afirma que, enquanto descia o rio, por toda a parte, “com grande cuidado”, inquiriu os “índios das diversas nações (...) se tinham algum conhecimento das mulheres belicosas que Orellana pretendia ter encontrado e combatido”. Sua principal fonte de informação era, mais uma vez, Acuña, e, para confirmar as informações que esse havia dado sobre as valorosas guerreiras, inquiria a todos “se era certo que elas se conservavam fora do comércio dos homens, não os recebendo entre si senão uma vez por ano”. Por toda a parte, a informação da existência das Amazonas era confirmada, mas ninguém as tinha visto, e todos diziam que ouviram a história de seus pais, cada um acrescentando um novo detalhe. Dos omáguas, La Condamine diz ter recebido uma das informações mais concretas, pois lhe

- indicaram um índio, na aldeia de Coari, como uma das raras testemunhas oculares ainda vivas.²⁹
- 15 Quando chegaram a essa aldeia, não encontraram o tal índio, que já tinha morrido, mas conversaram com seu filho, de cerca de 70 anos, que confirmou o fato de seu avô, e não seu pai, ter visto as amazonas e que ele chegara a falar com quatro delas. La Condamine intitulou o capítulo referente à questão de “As amazonas americanas – As asiáticas e as africanas”, assinalando as semelhanças existentes entre as histórias que ouviu do índio Coari, dos Tapajós, de um índio Mortigura e de um velho soldado da guarnição de Caiena, as coincidências para ele reforçavam a veracidade de tais relatos. Todos associavam as amazonas às esmeraldas que provinham de suas terras, localizadas nas montanhas distantes do interior das Guianas, que nem os franceses, nem os portugueses haviam ainda penetrado. La Condamine conclui então que, malgrado elas provavelmente não existirem mais, isso não era prova de que nunca tivessem realmente existido.³⁰ Com isso, o que apresenta é um sofisma: se não se pode provar o contrário é porque o fato é verdadeiro.
- 16 Sua assertiva foi de que, enquanto as amazonas asiáticas e africanas eram pura lenda, as americanas tinham tido existência concreta. A razão de tantas mulheres se reunirem, sem a presença masculina, era porque, fartas de acompanharem seus maridos à guerra e infelizes com a opressão vivenciada em seus lares, onde estavam subjugadas por homens tiranos, tiveram a ideia de “fazer para si um estabelecimento onde pudessem viver na independência, e pelo menos não serem reduzidas à condição de escravas e bestas de carga”. Para o francês, uma sociedade de mulheres guerreiras apartadas da sociedade não seria muito diferente do “que se observa todos os dias em todas as colônias europeias da América”, onde era “demasiado comum que servos maltratados e descontentes fugissem aos bandos para os bosques”.³¹
- 17 Neil Safier observa com perspicácia que, “no caso das amazonas americanas, La Condamine pintou um quadro que fundia as amargas realidades da servidão africana e as duras condições da vida doméstica ameríndia”. Ele destaca que, para estabelecer essa associação entre as amazonas e os quilombos de escravos fugidos, foi determinante a presença de um escravo fugido, de nome Louis, na canoa em que ele viajou de Belém até Caiena.³² O interessante é que, numa França em que os iluministas não construíam uma imagem muito positiva das mulheres em suas obras, como em Rousseau, que chegara a afirmar que a mulher virtuosa seria “feita para obedecer ao homem” e deveria “aprender desde cedo a sofrer injustiças e a suportar os erros dos maridos”,³³ as amazonas de La Condamine, localizadas nas franjas da civilização ocidental, eram a imagem da libertação feminina.
- 18 D’Anville, entretanto, não faz uma clara alusão às amazonas no mapa. Entre a margem setentrional do rio e o sul da fronteira com as Guianas, em um texto explicativo, informa que “nesta altura reina uma cadeia de montanhas”, indício do local onde se acreditava que viviam as famosas guerreiras. A opção por tal recurso de trocar um desenho por um texto de informes geográficos é coerente com o seu método de não representar as regiões desconhecidas, como era o caso do país das amazonas, cujo “centro comum de convergência”, segundo La Condamine, eram as “montanhas da Guiana, num cantão onde nem os portugueses do Pará, nem os franceses de Caiena, ainda penetraram”.³⁴ Mais ao norte, passando a linha de fronteira, D’Anville inseriu, numa alusão à associação entre as amazonas e os quilombolas, a existência de “uma comunidade de negros fugidos”, no alto do rio Suriname, que deságua em Paramaribo.

- 19 Se, no mapa, a alusão às amazonas só pode ser percebida de forma indireta, a escolha do nome do rio e a memória geográfica que escreveu sobre a carta deixam claro que a escolha do topônimo Amazonas se explicava por sua crença na existência das mulheres guerreiras, crença derivada de La Condamine. Escreveu que, “ainda que com o risco de ir muito longe, não é possível deixar de falar dessas mulheres que fazem dar ao Maranhão o nome de Amazonas”, imputando a sobreposição do nome delas ao de Maranhão, como era mais conhecido o rio pelos portugueses. Contou que La Condamine buscou todas as notícias sobre elas, e concluiu, da mesma forma que o último, numa dupla negativa, que “não se pode afirmar que elas não tenham existido”.³⁵
- 20 Por um lado, ao nomear o grande rio de água doce, as amazonas sutilmente penetraram no mapa e conferiram aspecto mitológico à região, cuja representação o geógrafo buscava racionalizar. Por outro lado, a escolha do topônimo expressa a hegemonia portuguesa sobre a calha do rio, ainda que esse nome fosse corrente apenas junto à foz, na região de Belém. Dessa forma, escolher uma única denominação desde Belém até a nascente resultava do projeto lusitano que, desde a expedição de Pedro Teixeira, pretendia estabelecer o monopólio dos portugueses sobre a navegação do rio na planície amazônica. Esse mesmo princípio norteará as negociações encetadas por dom Luís da Cunha com os franceses e espanhóis no Congresso de Utrecht em 1713. Tal adoção revelava que a *Amérique méridionale* estava alinhada com o projeto geopolítico defendido pelo embaixador para a região, que pretendia garantir aos portugueses o domínio das duas margens do rio e, assim, assegurar o monopólio português sobre a sua navegação. Afinal, o mito adquiria uma natureza objetiva, revelando o papel diplomático de que o mapa se revestia.

O Eldorado e o lago Amucu

- 21 Na primeira versão manuscrita ou impressa do mapa em 1748, na folha 1 da *Amérique méridionale*, que abarca a região amazônica, nota-se que o lago Parima não está presente. A primeira informação divulgada entre os europeus sobre a existência do Eldorado na região, coincidindo com o lago Parima, remonta à expedição de Gonzalo Pizarro, em 1541. Depois de conquistar Quito, onde teria encontrado um índio que forneceu as primeiras informações sobre um reino situado às margens de um vasto lago interior, cujo imperador se cobria de ouro, Pizarro decidiu realizar, a partir do Peru, uma expedição em busca do Eldorado. Mas foi a publicação do relato de Sir Walter Raleigh, *The experience of the large, rich and beautiful empire of Guiana, with a Relation of the great and Golden city of Manoa (which the Spaniards call Eldorado)*, em 1596, que “instalou o império mítico no centro das Guianas”.³⁶ Raleigh fez duas entradas em busca do Eldorado, a primeira em 1595 e a segunda em 1617. No entanto, apesar de não duvidar da sua existência, nunca conseguiu alcançá-lo.

Figura 3: D'Anville, *Amérique Méridionale*, impressa, 1748

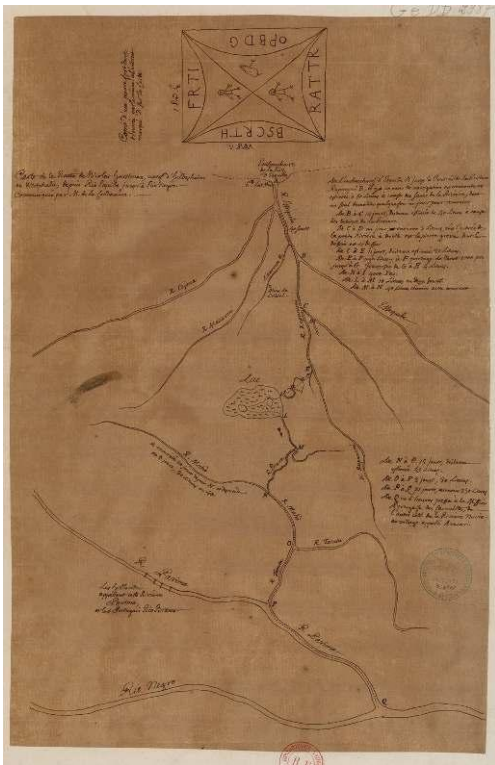
Detalhe da folha 1 da *Amérique Méridionale*, de D'Anville, impressa em 1748, onde se vê o lago Amucu. Fonte: BNF, DCP, Ge C- 6149. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530835838>

- 22 Nessa busca, Raleigh despendeu 22 anos e perdeu seu filho e fiel companheiro de expedição, Lawrence Keymis. Ainda que jamais tenha encontrado o mítico Eldorado, procurou dar a seu relato sobre a Guiana um estatuto de veracidade. Garantiu que de “tudo isso eu tive conhecimento, e muito mais, em parte por meio de minhas próprias viagens e o resto por conferência [...] tendo comigo um índio que falava muitas línguas e a da Guiana naturalmente”. Foi assim que “veio a conhecer as situações, os rios, os reinos a partir do mar do leste até as costas do Peru e, em direção ao sul, do Orinoco até os longínquos Amazonas e Maranhão”.³⁷
- 23 Seu principal informante, o índio Juan Martinez de Albújar, que ele conhecera em Trinidad, em 1595, contou-lhe que havia sido feito prisioneiro por uma tribo de canibais no sul da Guiana (inglesa), numa região cercada de montanhas, onde havia uma cidade coberta de ouro, assim como o seu chefe, tudo nas imediações de um grande oceano interior. Esse reino seria o Inga e seu imperador, do mesmo modo que os seus ancestrais no Peru, havia construído palácios de ouro “que eram por suas riquezas e raridades mais maravilhosos e excediam a todos da Europa e (...) do mundo”. A cidade de Manoa, sua capital, ele assegurou: “tinha mais abundância de ouro, no seu território, que em todo o Peru e Índias ocidentais”.³⁸ Raleigh não viu nem o reino, nem a cidade ou o seu imperador, mas considerou sua fonte segura. Segundo ele, os espanhóis também lhe garantiram que tudo era verdade, bem como outras nações indígenas que habitavam as fronteiras do império Inga, com as quais teve contato em suas andanças.
- 24 O relato de Raleigh foi fundamental não só na construção e difusão do mito do Eldorado, como também no estabelecimento da geografia local e das rotas para alcançá-lo. O império Inga estaria localizado numa vasta planície interior, que cobriria cerca de

2 mil milhas de leste a oeste e 800 milhas no sentido norte-sul, a meio caminho entre as Guianas e o rio das Amazonas, cercado por uma densa floresta, altas montanhas e junto a um enorme lago interior – o Parima. Raleigh prometia infinitas riquezas em ouro e outras mercadorias a quem tivesse a primazia do descobrimento. De fato, nos séculos seguintes, inúmeros viajantes/cientistas e aventureiros, inclusive Alexander von Humboldt, tentaram localizar o lago Parima, e os geógrafos, seguindo essas descrições, trataram de inseri-lo ou não em seus mapas.

- 25 Na *Amérique méridionale*, de 1748, seguindo as informações que La Condamine angariara em sua expedição de descida do Amazonas e desdenhando a tradição, D’Anville não desenhou o Parima, mas sim um lago chamado Amucu (Figura 3). Tal lago não foi localizado na Guiana, conforme os relatos de Raleigh, dissociando-o do Parima, mas na porção portuguesa do território, um pouco mais ao sul, abaixo do rio Orinoco e ao norte do Amazonas. Deve-se tal fato a um mapa manuscrito, produzido por um prussiano,³⁹ que La Condamine encontrara durante sua viagem (Figura 4).⁴⁰ Tratava-se de Nicolas Horstman, incumbido pelo governo da Prússia de explorar a parte sul da Guiana. Porém, em vez de retornar aos seus patronos holandeses para dar conta das descobertas, Horstman prosseguiu cada vez mais para o sul, penetrando no território português. Havia rumores de que havia se tornado um índio, ou que organizava um levante indígena, ou que tinha traído os holandeses ao fornecer segredos de Estado aos portugueses.⁴¹ O certo é que La Condamine se encontrou com ele na cidade do Pará (Belém) e levou para a Europa o mapa do lago Amucu que ele desenhou com os rios que nele desaguavam. Hortsman utilizara a rede de rios da região, subindo o Essequibé, cuja foz ficava na Guiana, descendo o rio Negro para chegar ao Amazonas, e de lá indo até Belém, onde La Condamine o encontrou.⁴² Foi essa configuração que D’Anville imprimiu à hidrografia da área, identificando, o lago Amucu e descartando o mítico Parima, escolha que foi objeto de futuras discussões e viagens de descobridores até a região em busca da “verdadeira” geografia local. Esse debate chegou até Humboldt, que confirmou a configuração geográfica da *Amérique méridionale*, de D’Anville, de quem era admirador, e concluiu que o Amucu era de fato o verdadeiro local da fábula do Eldorado.⁴³

Figura 4: Carte huilée de la route de Nicolas Horstman natif de Hidelsheim en Westphalie depuis Rio Esquibé jusqu'à Rio Negro, 17.. [communiqué par M. de La Condamine]



Carte huilée de la route de Nicolas Horstman, trazida de Belém por La Condamine.

Fonte: BNF. DCP. Ge DD 2987 (9612). Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b85968094>

- 26 A relação entre o mapa de Horstman e a geografia que a *Amérique méridionale* imprime ao lago Amucu e a rede de rios ao seu redor é direta e evidente, saltando aos olhos do observador. D’Anville, em sua primeira memória sobre essa carta, impressa no *Journal des Sçavans*, em março de 1750, confirma que, para esse trecho, utilizou o mapa e um relato do prussiano. Conta ainda que, quando em Belém, La Condamine fez cópias do “desenho em forma de carta” de Horstman e da memória na qual o prussiano descreveu sua viagem. Como era seu costume, D’Anville cotejou os dois documentos e a memória permitiu a ele “reparar as faltas nesse desenho e fazer as correções” necessárias.
- 27 Para o geógrafo, era extraordinária a menção ao “nome de Rupununi dado a um desses rios que serviram a fazer esta travessia e a proximidade de um lago”, pois, nas antigas cartas, era comum a afirmação de “que o lago Parima é chamado pelos índios Rupunuwini”. Concluiu, então, a partir da existência desse rio Rupununi que deságuava nesse lago percorrido por Horstman, que, “no que toca este famoso lago, (...) o nome Parima é de um outro rio dessa região, que deságua no Rio Negro” e não do lago denominado Amucu.⁴⁴
- 28 Aqui fica bem ilustrado como o seu método de trabalho de crítica cartográfica foi aplicado nessa parte da carta, ou seja: ele parte do cotejamento de um mapa manuscrito, resultante de uma observação empírica recente, com a sua memória redigida na ocasião, e conclui com a comparação dessas informações em relação àquelas contidas em cartas antigas da sua coleção. Desse modo, o conhecimento mais antigo renovava-se à luz do conhecimento mais novo, tal como se observa quando se refere a

uma carta de sua coleção em que o lago Parima havia sido denominado pelos índios de Rupunuwini. Na verdade, ele possuía dois mapas com essa referência. O primeiro era a carta *La Guaiane ou coste sauvage, autrement El dorado, et Pais des Amazones*, de 1654, de autoria de Pierre Duval d'Abbeville, geógrafo do rei.⁴⁵ O segundo de autoria de Nicolas Sanson, intitulado *Partie de Terre ferme où sont Guiane et Caribane* (1656).⁴⁶ Além desses dois, ele possuía várias cartas gerais da América do Sul que representavam o lago Parima, com destaque para uma de I. Janssonius (séc. XVII), uma de G. Blaeu (1630) e uma de Vincenzo Maria Coronelli (1690-1691), todas do século XVII (Figura 5).⁴⁷

Figura 5: I. Janssonius, *Guiana sive amazonum regio*. Amstelodami, 17eme



Lago Parima na representação da Guiana, por I. Janssonius

Fonte: BNP. DCP. Ge DD 2987 (9559). Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b85967625>

- 29 O mapa manuscrito de Horstman foi a base principal para que D'Anville estabelecesse sua configuração geográfica da área. De novo, acreditando em La Condamine, que trouxe as informações do prussiano e garantiu sua veracidade, fiou-se na narrativa do aventureiro, desenhando uma comunicação quase perfeita entre as bacias dos rios Negro/Amazonas e Rupunuwini/Essequébé, separados, respectivamente, por dois pequenos istmos e o lago Amucu.⁴⁸ Observa-se, tanto no mapa de Horstman quanto no de D'Anville, que, a partir da foz, o rio Essequébé recebe dois afluentes à direita, o Cajona e o Mazaroni, com dois trechos de cachoeiras logo depois. No segundo trecho, entre os tributários Arussari e Rupunuwini, D'Anville escreve na *Amérique méridionale* que ali se apresentam 39 saltos sucessivos, informação retirada certamente da memória de Horstman, e não do mapa deste, pois nele não consta tal detalhe. Depois desse segundo trecho de saltos, o rio Rupunuwini deságua no Essequébé. Remontando-se à nascente do Rupunuwini, chega-se, no mapa de Horstman, a três lagos, separados por pequenos istmos. O terceiro, o maior deles, é o Amucu. D'Anville, no entanto, reduz os

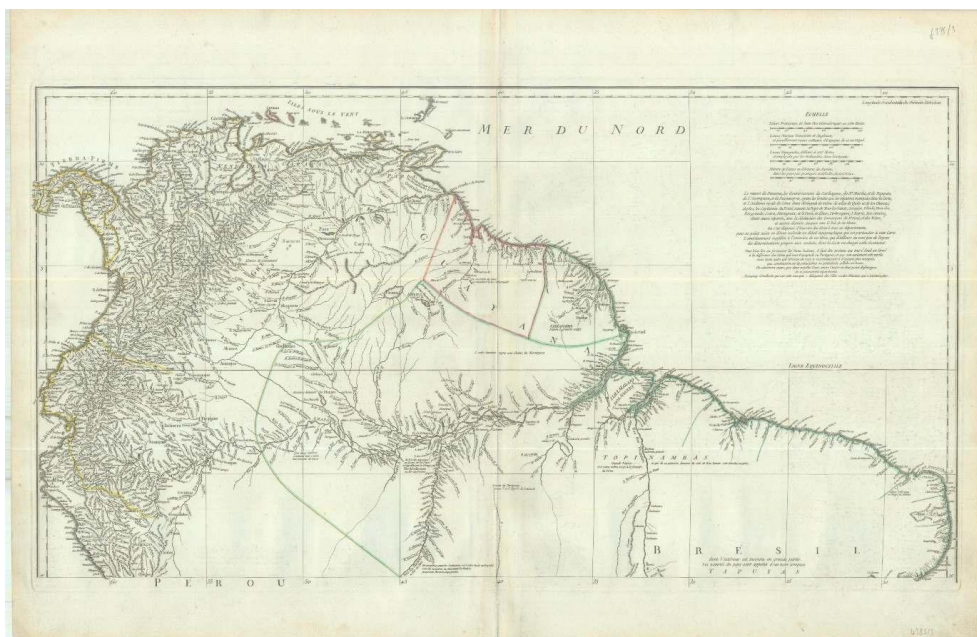
dois primeiros lagos a apenas um, sendo o segundo deles o Amucu.⁴⁹ A partir dele, flui o rio Pirara, que deságua no Maho e, por sua vez, verte para o Tacutu, sendo todos eles tributários do rio Parima, “que os portugueses chamam rio Branco”. A expressão “coberto de junco” (“*couvert de joncs*”), que ele grava logo ao norte do lago e abaixo do topônimo, ressalta o caráter sazonal de suas águas, que se espraíam pela planície na época das chuvas.

- 30 Também fazia parte da metodologia de trabalho de D’Anville estabelecer uma conexão entre o tempo despendido nessas expedições e as medidas de distância, correspondências que também podem ser observadas num dos textos escritos nas bordas do mapa manuscrito de Horstman. Um mês de navegação no trecho inicial do rio, mais lenta devido aos inúmeros saltos, foi estimado na carta como correspondente a 50 *lieues*⁵⁰ de distância; e 14 dias, no segundo trecho do rio, identificado como B-C no manuscrito de Horstman, onde tais dificuldades não se impunham, correspondente a 14 *lieues* no mapa.
- 31 O Parima, na carta de D’Anville, seguindo a geografia fluvial sugerida por Horstman, é transformado em rio, mas um outro lago aparece no mesmo trecho: o Amucu. Nesse primeiro momento, portanto, a *Amérique méridionale* rompe com a tradição mitológica que, desde Raleigh no século XVI, identificava o lago dourado como o Parima, estando a cidade de Manoa localizada em suas margens. A única referência ao Parima aparece nos escritos que identificam o rio Branco, tributário do rio Negro, que faz a conexão com o Amucu. Não há também, diferentemente dos mapas precedentes, qualquer referência ao Eldorado ou a riquezas minerais. Tudo indicava que, nesse caso, a geografia racional se impôs à mítica. D’Anville aplicou, com aparente sucesso, seu método cartográfico, realizando a partir de seu gabinete, nas galerias do palácio do Louvre, a crítica dos mapas e das fontes textuais que lhes chegavam às mãos, produzidos *in locu* por exploradores que trilhavam o vasto interior do Novo Mundo.

O retorno do Parima

- 32 O posicionamento do Amucu em terras luso-brasileiras não refletia os interesses de franceses, espanhóis ou holandeses, todos com possessões territoriais na região, cujas fronteiras ainda estavam em disputa com os portugueses. A linha divisória, a noroeste do lago, é situada por D’Anville na *Amérique méridionale*, de 1748, quase paralela a uma cadeia de montanhas (o *habitat* das míticas amazonas), condizente com o costume de utilizar acidentes geográficos como balizas para estabelecer fronteiras de territórios. Porém, a linha proposta a nordeste não corresponde a nenhuma barreira natural do terreno. Ela é simplesmente posicionada ali. Dessa maneira, permitia que os portugueses pudessem reclamar para si o domínio de um território⁵¹ que, pela tradição mitológica, estaria coberto de riquezas minerais.

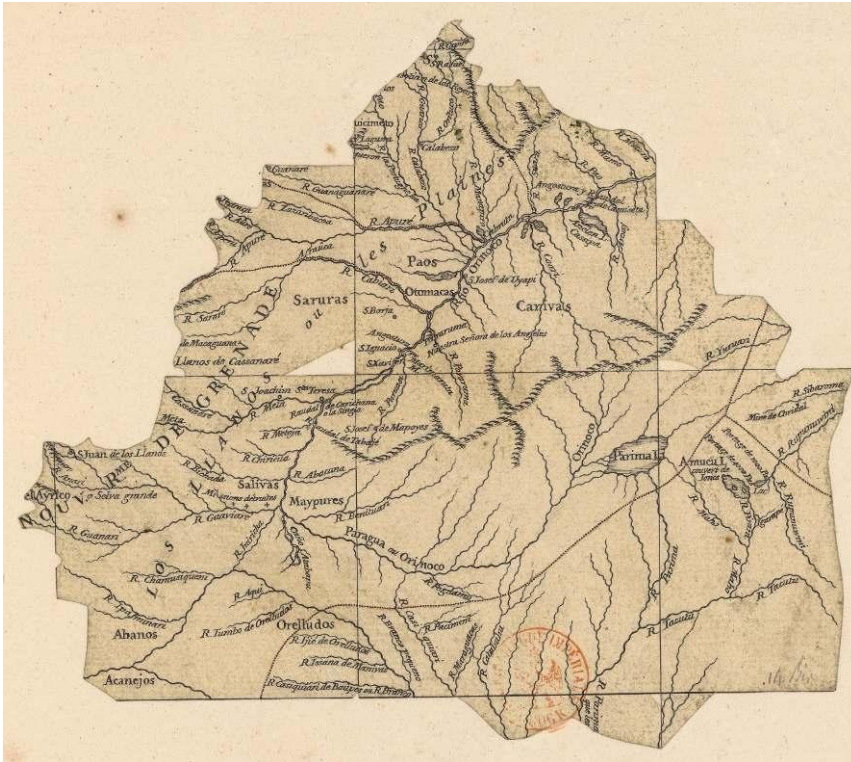
Figura 6: D'Anville, *Amérique méridionale*, 3a versão, impressa, 1760



Folha 1 da *Amérique méridionale*, 3a versão impressa em 1760

Fonte: Acervo Pessoal – Coleção Furtado-Lins

- 33 Apesar de procurar desmistificar a geografia local na primeira edição da carta, quando se observam as alterações que D'Anville introduziu na região amazônica, na versão de 1760 (é importante salientar que, a despeito das diversas edições ainda durante sua vida, em todas elas a cartela e a data de 1748 permanecem) (Figura 6),⁵² percebe-se, surpreendentemente, que o geógrafo incluiu o lago Parima (Figura 7).⁵³ O processo de reconfiguração dessa região pode ser observado num fragmento de seu acervo,⁵⁴ que deveria substituir o trecho original, e na versão manuscrita do mapa, na qual ensaiou algumas possibilidades do local exato onde deveria inserir o lago.⁵⁵ Até a última revisão, em 1779, o Amucú continua presente, com a mesma configuração sugerida por Horstman, localizando-se na porção portuguesa do território, mas o lago Parima aparece a noroeste do mesmo, em terreno extra-português. Também se observa que a rede de rios, inserida na região a partir de 1760, estabelece uma comunicação fluvial entre o Amucú e o Parima, via afluentes dos rios Mahos, Parima e Essequibé, bem como uma conexão entre o Parima e o rio Orinoco. Dessa maneira, um viajante saindo do Amazonas, via rios Negro e Maho, chegaria ao lago Parima e, de lá, até o Orinoco, podendo transitar por via fluvial entre os territórios português e espanhol.

Figura 7: D'Anville. *Deux fragments d'une Carte de l'Amérique du Sud*

Fragmento produzido por D'Anville para incluir o lago Parima na versão de 1760 da sua *Amérique méridionale*.

Fonte: BNF. DCP. GE D 10.658. Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b530090456>

- 34 D'Anville justificou a introdução do Parima nas edições do mapa posteriores a 1760, numa das versões revistas da memória que acompanha a *Amérique méridionale*,⁵⁶ datada de 1779. Segundo ele, “na parte oriental em relação ao Orinoco, e em direção à parte superior do seu curso, é o sítio que deram anteriormente a um país que se estimou ser muito rico. Esta província tão buscada pelos espanhóis, e que eles se engajaram em empresas que foram todas sem sucesso, é o famoso [E]ldorado”. Esse lago e seu rei dourado “não é outro senão o que foi encontrado chamado Parima, e que é de uma extensão muito vasta na carta da Guiana, de Jean de Laet”. Acrescenta, então, que não tardou “a fazer entrar esse trecho com todos os seus detalhes particulares, na minha *carte de l'Amérique méridionale*”.⁵⁷
- 35 Observa-se que ele não só inclui o lago Parima, como, em sua justificativa, relaciona esse acidente geográfico com o antigo mito do império do Eldorado. Revela ainda que o lago havia sido finalmente encontrado! Também, como era afeito ao seu método, faz referência a antigas cartas – no caso, um mapa de Laet – para reivindicar a autoridade dos antigos cartógrafos sobre o acidente geográfico agora incluído na carta a partir da constatação empírica de sua existência concreta. O Eldorado e suas riquezas são, no entanto, descritos como quimeras, mas a entidade geográfica identificada como lago Parima é inserida e sobre esses mitos ele é incisivo em afirmar que

a origem dessa quimera não é outra coisa que uma narrativa feita a Sebastião Belalçar, tenente de Gonzalo Pizarro dada ao governador de Quito (...) por volta do ano de 1536. Um índio que se dizia ser do país de Bogotá contou a Belalçar que um rei ou senhor desse país tinha o costume de embarcar para uma cerimônia de religião, num certo lago, situado nas montanhas, o corpo inteiramente nu, e

bezuntado de um óleo ou goma, e sobre este ele era todo polvilhado de um pó de ouro, que fazia com que ele todo reluzisse.⁵⁸

- 36 Quanto aos documentos de que dispunha para tal inclusão, D’Anville se contradiz nas diferentes versões das memórias que escreveu sobre a *Amérique méridionale*, mas essas contradições não ocorreram por acaso. Desde 1742, ele esteve envolvido na produção de cartas da área, o que, a partir de 1744, se intensificou com a estreita colaboração de La Condamine. Na memória, publicada no *Journal des Sçavans* em abril de 1750, conta que teve, desde 1745, em mãos uma carta, entre outras, encadernada “numa compilação de muitos volumes in-fólio de diversas memórias, escritas por um oficial espanhol para o seu rei pouco depois da ascensão de Filipe V ao trono”.⁵⁹ Na memória que redigiu em 1779, no entanto, informou que a inclusão do Parima fora feita porque, “em 1749, M. de la Condamine, colocando sob os meus olhos uma carta da região desse lago, me disse que este documento saía do gabinete do senhor marquês de La Encenada”.⁶⁰ Tratava-se do então poderoso ministro do rei espanhol Fernando VI. Tudo indica que se tratava do mesmo mapa e, sendo assim, quando o teria conseguido afinal? Em 1745, como afirma no primeiro texto, ou em 1749, como diz no segundo? A primeira data é a mais provável, pois a partir desse ano, se intensificou a estreita colaboração com La Condamine e, no ano seguinte chegou a Paris, o membro espanhol da expedição de medida do arco de meridiano no Equador, o *criollo* Pedro Maldonado.⁶¹ Por intermédio dos dois, D’Anville passou a ter acesso a um conjunto de documentos de origem espanhola para produzir e atualizar seus mapas da América espanhola. Fazer referência ao ano de 1749 visava apenas justificar a não inclusão do Parima na primeira versão da *Amérique méridionale* em 1748 – tal mapa espanhol não seria ainda de seu conhecimento. No entanto, isso não explica o porquê, a despeito da documentação espanhola que assegurava a existência do Parima já ser do seu conhecimento pelo menos desde 1749, na primeira reimpressão modificada, realizada em 1754, ele apenas acrescentou alguns detalhes nas montanhas acima de Lima (Figura 8). O fato de ele não incorporar o lago Parima nem na primeira edição, nem nessa revisão da carta merece ser analisado. Por que alguém tão obcecado em buscar uma “perfeição cartográfica” teria deixado de aperfeiçoar seu mapa se acreditava na informação sobre a existência do lago? E por que ele o insere em 1760?

Figura 8: D'Anville, *Amérique Méridionale*, manuscrito, 1748

Folha 1 do manuscrito da *Amérique Méridionale*, 1748, no qual se vê o desenho da inserção do lago Parima, por D'Anville, em 1760

Fonte: BNF. DCP. Ge C-11339 (rés). Disponível na Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550004508>

- 37 Antes de buscar uma resposta para essas duas questões é necessário fazer algumas observações. Nem a carta de Laet, a que ele se refere na memória, nem a carta espanhola constam na coleção D'Anville. Isso não significa em absoluto que ele não tenha consultado esses mapas, ou que de fato não os tenha possuído, visto que a coleção apresenta algumas lacunas.⁶² No entanto, é pelo menos intrigante que não exista na coleção nem ao menos uma cópia desses dois mapas (quando todos os demais a que ele se refere lá estão), e que se apoie em Laet para justificar sua inclusão na tradição. Laet não produziu um mapa marcante da região, diferentemente das mais conhecidas cartas de Sanson, Hondius ou Blaeuw, que D'Anville possuía, e que apresentam o lago Parima ocupando grande extensão. A única referência a Laet na coleção é uma carta de Guillaume Delisle, intitulada *Tabula Americae specialis geographica regni Peru, Brasiliae, Terrae Firmae et Reg Amazonum. Secundum relationes de Herrera, de Laet, e P.P. de Acuña e M. Rodriguez*, na qual o Parima não aparece representado. Nesse mapa há apenas uma referência textual, próxima ao rio Essequibé, onde se lê: “nessa região está situado o lago Parima, cidade Manoa do Eldorado”.⁶³ D'Anville parece dissimular para se esquivar do que poderia ser entendido, então, como um erro grosseiro da primeira edição do mapa.
- 38 Como ele, em 1779, concilia a explicação que dera na memória de 1750, quando afirmara que o lago Amucu era de fato o Parima, com a reconfiguração do mapa, em 1760, quando os dois lagos aparecem lado a lado? Primeiramente, ele atesta que a novidade lhe foi apresentada por La Condamine, no mapa pertencente aos espanhóis, no qual o Parima existia em separado do Amucu. Em segundo lugar, aponta o lapso de Horstman, que não percebeu a existência do Parima. Para explicar o fato de, na versão de 1748, ter tomado o Amucu pelo Parima afirma que o equívoco foi de Horstman e ele fiou-se nesse explorador. Conta que Horstman partiu das costas da Guiana em 3 de

novembro de 1739, quando começou sua jornada pelo Essequibé. Valendo-se da estação chuvosa, chegou ao rio Negro no dia 16 de julho do ano seguinte, descendo por esse rio até a cidade do Pará (Belém). Ele então desculpa o viajante do erro, pois

na sua viagem, que lhe custou penas infinitas, porque ele a empreendeu por água, ele tomou transportes, passando perto do lago Parima sem ter conhecimento dele. Ele entrou, entretanto, num lago todo coberto de juncos e nomeado Amucu pelos índios, mas que ele estava enganado de tomá-lo pelo Parima que ele buscava.⁶⁴

- 39 É importante salientar que, a partir de fins de 1747, D’Anville havia começado a preparar, com La Condamine e Maldonado, a *Carta de la Provincia de Quito*. Esse mapa, produzido a pedido da Coroa espanhola, foi terminado no início de 1750, e finalmente enviado a Madri. Durante esse período, La Condamine esteve em contato com as autoridades espanholas, entre elas, José de Carvajal, então secretário dos Negócios Exteriores do rei espanhol, Fernando VI.⁶⁵ Por essa época, preparando-se para negociar com os portugueses as fronteiras na América, a Coroa espanhola não só procurava fundar instituições científicas de moldes iluministas, mas também preparar uma cartografia das suas possessões na América. Devido ao caráter de urgência, utilizou para isso os geógrafos e impressores franceses, como foi o caso de D’Anville, e enviou especialistas à França para se atualizarem na arte da cartografia, como foi o caso de Maldonado.⁶⁶ Foi por meio dessa colaboração franco-espanhola que La Condamine e, por extensão, D’Anville tiveram acesso às cartas espanholas da região, instrumentos importantes para a produção da nova carta e complementação das suas informações geográficas. Rastreada a forma como a carta espanhola chegou às mãos de D’Anville, é necessário enfrentar a questão sobre as razões de ele ter passado a se fiar nela, para depois desvendar aquelas que fizeram com que não incorporasse o lago Parima na revisão do mapa de 1754, e finalmente os motivos de sua inclusão na revisão seguinte, em 1760.
- 40 Ao longo da década de 1740, D’Anville estabeleceu uma amizade e uma relação simbiótica com La Condamine. Os geógrafos de gabinete, como ele, dependiam desses colaboradores que, a partir da experiência direta com o território, os supriam com relatos e mapas das áreas recém-exploradas e “inevitavelmente desenvolviam [entre si] uma relação profissional e pessoal de interdependência muito estreita”.⁶⁷ La Condamine, em seus relatos e leituras públicas na Académie Royale des Sciences de Paris sobre as expedições a Quito e ao rio Amazonas, garantia que suas descrições se baseavam em observações visuais diretas, dissimulando ao máximo a origem indireta de muitas das suas informações, pois parte do que apresentava ao público europeu era oriundo de informações de terceiros.⁶⁸ Em alguns locais fez observações astronômicas, mas “em outros, ele teve que confiar em mapas, relatos de viagem, e relatos orais de missionários e índios”⁶⁹ e mesmo de outros viajantes, como Horstman.
- 41 Filtrar as notícias oriundas dos informantes encontrados pelo caminho era um desafio para esses viajantes, pois o tempo da viagem não lhes permitia uma visita pessoal a todos os locais de interesse. Ainda que o empirismo devesse guiar o conhecimento a ser produzido segundo o racionalismo iluminista, o que se observa é que, como no caso de La Condamine, devido à vastidão do território, muitos exploradores tiveram que se valer não apenas do *ver*, mas também do *ouvi dizer*.
- 42 A questão era: entre tantas narrativas recolhidas, a quais conferir o estatuto de verdade? A maioria das informações selecionadas a partir dos relatos de terceiros, contrariando o primado do *ver* sobre o *ouvir*, após serem eleitas como verdadeiras,

muitas vezes eram apresentadas ao público europeu por aqueles intelectuais como oriundas de sua própria observação. Foi o que La Condamine frequentemente fez, sustentando algumas conformações geográficas do continente americano que não passavam de ecos mitológicos, apresentados como se fossem frutos de observação direta. Como D’Anville o utilizou como principal fonte de informação na conformação da região amazônica, a geografia que ele considerava “verdadeira”, fosse ela fruto da observação de La Condamine, fosse obtida por terceiros, acabou aparecendo no mapa. No caso da inclusão do Parima, parece determinante o fato de ter sido o mais poderoso ministro do Estado espanhol quem fornecera o documento cartográfico básico. Mas não só isso.

- 43 Durante os anos da colaboração entre D’Anville e La Condamine em Paris, Maldonado e Bouguer começaram a se desentender com o último, acusando-o de alguns erros geográficos e de escamotear suas fontes, nem sempre seguras. A par dessas desavenças, D’Anville mesmo assim continuou confiando e privilegiando as informações trazidas por La Condamine, em detrimento das fornecidas pelos outros dois. Nem as correções que Maldonado tentou introduzir nas pranchas do *Mapa da Província de Quito*, que D’Anville preparava com La Condamine, foram suficientes para que o geógrafo duvidasse das informações que esse último lhe fornecia. De fato, como aponta Neil Safier, D’Anville não incluiu nessa carta a maior parte das correções sugeridas por Maldonado, conspirando para que tudo fosse feito de acordo com a visão do viajante francês.⁷⁰ A amizade pessoal entre os dois, assim como o respeito que La Condamine usufruía na comunidade de *savants* iluministas à época, diferentemente de Maldonado, que D’Anville considerava um simples piloto prático, além dos interesses diplomáticos luso-franco-ingleses, foram certamente determinantes para que o geógrafo confiasse plenamente nas suas informações, transportando-as para seus mapas.
- 44 Resta salientar o caráter geopolítico nem tão evidente da inclusão do Parima no mapa após 1760. Na versão manuscrita da *Amérique méridionale* observam-se algumas interpolações a lápis realizadas posteriormente pelo geógrafo, nas quais ele corrige ou acrescenta elementos cartográficos não constantes na primeira versão manuscrita. Não é possível saber exatamente quando essas anotações a lápis foram introduzidas, ou ainda se todas foram inseridas ao mesmo tempo. Porém, tais correções são também indícios das alterações realizadas nas chapas do mapa em épocas posteriores à primeira impressão.
- 45 Um desses reparos refere-se exatamente à inclusão do lago Parima. Na carta manuscrita, a posição desse lago aparece esboçada a lápis exatamente sobre a linha divisória que ele propõe entre o Brasil e a América hispânica, isto é, abaixo da cadeia de montanhas que dividiria naturalmente os dois territórios. No entanto, quando se observa a versão impressa da carta de 1760, percebe-se que o lago foi deslocado um pouco mais para o norte, ficando situado não sobre a linha divisória, mas no interior do território espanhol. Observa-se também que a inclusão do Parima fez com que o cartógrafo estendesse o espaço entre o Amucu e a cadeia de montanhas situada um pouco mais ao norte, pertencente aos portugueses. Com isso, as montanhas não mais coincidem com a linha divisória proposta, pois ela é deslocada um pouco mais para o sul.
- 46 O que parece ser uma simples correção geográfica, sem outra intenção aparente, a não ser o aperfeiçoamento da carta, introduz pelo menos duas importantes questões de natureza geopolítica. Em primeiro lugar, o geógrafo abandona a ideia de utilizar os

acidentes naturais do terreno, como havia feito na carta de 1748, ao estabelecer os limites entre as Coroas de Portugal e Espanha na região com a maciça cadeia de montanhas. Em segundo lugar, a rede de rios que conecta os dois lagos, permitindo que se transite sem grandes dificuldades entre os territórios português e espanhol, transfere para a negociação diplomática a questão da demarcação da fronteira, que se torna então aparentemente fluida e indistinta, não mais se referenciando a qualquer característica natural do terreno. O aparecimento do Parima, que estivera sempre conectado aos espanhóis, e não aos portugueses, impõe então uma soberania (assentada na mitologia criada desde a expedição de Pizarro) à Coroa de Espanha, enquanto o topônimo Amazonas dado ao rio, mais usual nas cercanias de Belém, em detrimento de Maranhão ou Orellana, o insere na esfera de influência portuguesa. É evidente então que implicações de natureza geopolítica, contrárias aos interesses lusos, decorrem da inserção do Parima na carta. Reforçam a soberania espanhola, em oposição à escolha do topônimo Amazonas ou a inserção do Amucu, que fortaleceram os interesses portugueses.

- 47 Resta compreender por qual motivo o lago foi omitido da versão de 1754 e finalmente inserido na de 1760, se D'Anville já dispunha do mapa espanhol desde a década de 1740. Foi certamente por instâncias de dom Luís da Cunha e do duque de Orléans – pró-lusitano,⁷¹ ainda que o primeiro tivesse morrido em fins de 1749 e o segundo em 1752, que, mesmo de posse do mapa espanhol por essa época, D'Anville não incluiu o Parima e continuou a representar, até a revisão de 1754, apenas o Amucu, posicionando-o em território português. Por não estar diretamente relacionado ao mito do Eldorado, não era difícil justificar a soberania portuguesa dessa parte do território, principalmente porque a cadeia de montanhas relacionada ao mito das amazonas, que, por sua vez, dava nome ao rio sob a soberania portuguesa, serviria como baliza natural dos limites. Eram os ecos da fidelidade ao antigo amigo e protetor e as injunções geopolíticas que interferiam mais uma vez na *Amérique méridionale*.
- 48 Em linhas gerais, a visão geopolítica de dom Luís para essa parte da região amazônica, a qual D'Anville imprimiu uma primeira feição cartográfica em 1748, espelhou-se no Tratado de Madri de 1750, acordado entre as duas Coroas. No tratado ficou estabelecido, pelo artigo IX, que naquela área “continuará a fronteira pelo meio do rio Japurá, e pelos mais rios que a ele se ajuntam, e que mais se chegarem ao rumo do norte, até encontrar o *alto da cordilheira de Montes que mediam entre o rio Orenoco e o das Amazonas* ou Marañon; e prosseguirá pelo cume destes montes para o oriente até onde se estender o domínio de uma e outra Monarquia”.⁷² O *Mapa dos Confins* (conhecido como *Mapa das Cortes*),⁷³ que dava a ver a linha divisória então negociada, revela, que, ao norte, a divisa seguia exatamente pela grande cordilheira situada a meio caminho entre o Amazonas e o Orinoco, sendo que a linha se interrompe antes de atingir o litoral, pois ali se tratava não mais de terreno luso-espanhol, mas das Guianas. Ao sul dessa linha divisória, observa-se que o território no *Mapa das Cortes* apresenta a mesma geografia da *Amérique méridionale*. Subindo o rio Negro, penetra-se no rio Branco, depois o Maho e finalmente o Pirara, atingindo o lago Amucu, que não recebe qualquer denominação nessa carta. Depois do Amucu, um pequeno istmo separa o lago do rio Rupunuwini, que deságua no Essequibé, cuja foz já se encontra em território do Suriname.
- 49 Uma das questões que têm mobilizado a historiografia são as fontes cartográficas utilizadas para a feitura do *Mapa das Cortes*, citadas imprecisamente por Alexandre de Gusmão.⁷⁴ A configuração dessa parte da rede fluvial da região aponta para o uso

inconteste da *Amérique méridionale*. Dom Luís da Cunha havia enviado uma versão do mapa de D’Anville para Madri, em 1747, na esperança de que ele cumprisse sua função: dar a ver o continente americano, não deixando dúvida sobre o território que seria acordado entre os diplomatas espanhóis e portugueses. E enviou uma cópia também para Alexandre de Gusmão em Lisboa. Porém, mesmo de posse dele, Gusmão determinou que fosse composto o *Mapa das Cortes* especificamente para esse fim, incorporando-se alguns enxertos cartográficos oriundos da *Amérique méridionale*, desde que fossem favoráveis aos interesses portugueses, o que era o caso do lago Amucu e sua rede de rios.

- 50 O ano de 1760 deu início a uma nova era nas disputas de limites luso-espanholas. As partidas bilaterais, que, após a assinatura do Tratado de Limites em Madri, começaram a demarcar as fronteiras, tomando as medidas topográficas, questionavam os termos do tratado. Os portugueses se ressentiam de terem renunciado à Colônia do Sacramento, e os espanhóis, por seu turno, achavam que haviam cedido território demais. Nesse sentido, 1760 se apresentava como um momento propício para imprimir uma nova edição do mapa. Efetivamente, em 12 de fevereiro do ano seguinte, o Tratado de El Pardo cancelava o que havia sido acordado em 1750. Nessa nova versão do mapa, não só o lago Parima é representado, mas aparece posicionado claramente em território dos espanhóis, garantindo a esses últimos o direito sobre as possíveis riquezas ali prometidas. Eclipsava-se, assim, a ingerência portuguesa sobre a *Amérique méridionale*, impondo-se a influência espanhola, com a colaboração de La Condamine e Maldonado. Razões de Estado e questões geopolíticas ecoavam no paraíso!

BIBLIOGRAPHY

Abreu, José Rodrigues (1739). *Historiologia Médica fundada e estabelecida nos princípios de George Ernesto Stahl*. Lisboa: Oficina de Antônio de Sousa da Silva, t.2.

Acuña, Cristóbal de (1994). *Novo Descobrimento do Grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir.

Burnet, D. Graham. (2001) *Masters of all they surveyed: exploration, geography, and a British El Dorado*. Chicago: University of Chicago Press.

Carvajal, Gaspar de (1941). *Descobrimento do rio Orellana*. São Paulo: Nacional.

Ferreira, Mario Clemente. (2001) *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*. Lisboa: CNPCDP.

Ferreira, Mario Clemente (2007) “O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia”. *Varia Historia*, v. 23, n. 37, pp. 53-69.

Furtado, Junia Ferreira (2005). “José Rodrigues Abreu e a geografia imaginária emboaba da conquista do ouro”. In: Bicalho, Maria Fernanda; Ferlini, Vera Lúcia Amaral (Orgs.) *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, pp. 277-295.

Furtado, Junia Ferreira (2012). *Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Furtado, Junia Ferreira (2013). *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht/Versal.

Furtado, Junia Ferreira; Cintra, Jorge Pimentel (2011). “A Carte de l'Amérique Méridionale de Bourguignon D'Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada”. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, pp. 273-316.

Gondim, Neide (2007). *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer.

Harley, John Brian. (1988). “Maps, knowledge and power”. In: Cosgrove, Denis; Daniels, Stephen (Eds.). *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design, and use of past environments*. Nova York, Cambridge University Press, pp. 277-312.

Holanda, Sérgio Buarque de (1994). *Visão do paraíso*. 6. ed. Brasiliense: São Paulo.

La Condamine, Charles-Marie de ([1745] 1984). *Viagem na América meridional descendo o rio Amazonas*. Brasília: Editora do Senado Federal.

Maderuelo, Rafael Díaz (Ed.) (2012). *La Aventura del Amazonas – Crônicas de Fray G. de Carvajal, P. Arias de Alместo e A. de Rojas*. Madri: Dastin.

Pizarro, Ana (2012). *Amazônia: as vozes do rio*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Raleigh, Walter ([1596] 1997). *The experience of the large, rich and beautiful empire of Guiana, with a Relation of the great and Golden city of Manoa (which the Spaniards call Eldorado)*. Manchester: Manchester University Press.

Reinhartz, Dennis. (1997) *The cartographer and the literati: Herman Moll and his intellectual circle*. Lewiston/NY: Queenston.

Rousseau, Jean-Jacques ([1762] 1995). *Emílio ou da Educação*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Safier, Neil (2008). *Measuring the New World: Enlightenment science and South América*. Chicago: Chicago University Press.

Safier, Neil (2009). “Como era ardiloso o meu francês: Charles Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes”. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 57, pp. 91-114.

NOTES

1. Bibliothèque Nationale de France (BNF). Department des Cartes et Plans (DCP). Ge C-11339 (rés). D'Anville, *Amérique Méridionale*, manuscrito de 1748. BNF, DCP, GE C-11339 (RES). D'Anville, *Amérique Méridionale*, impressa de 1748. BNF, DCP, 2987 (9168B). D'Anville, *Amérique méridionale*, 3ª versão, impressa de 1760.
2. Furtado (2012, 2013).
3. Para uma análise da cartela da *Amérique méridionale*, consultar Furtado (2012: 366-369).
4. Furtado & Cintra (2011).
5. Safier (2008).
6. Uma das grandes questões para estabelecer o curso do rio era destrinchar o que se acreditava ser uma infinidade de canais e ilhas no delta do rio. Baseando-se nas descrições de La Condamine nessa parte da viagem, a *Carte du cours du Maragnon ou de la grande route des Amazones*, que veio a luz em 1745, produzida por D'Anville para ilustrar o seu livro de viagem, é a primeira a apresentar a foz formada por apenas uma grande ilha, chamada Marajó ou Joanes.
7. Furtado (2012: 364-365).
8. Furtado (2005: 277-295).

9. Abreu (1739, t.2: 528, grifo do autor); Abreu (1739, t. 2: 518, grifos nossos).
10. Pizarro (2012: 39).
11. Robert Bosch Collection. n. 539 (2). *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 31 de agosto de 1779: 8, grifos do autor.
12. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 13.
13. Gondim (2007: 97-108); Pizarro (2012: 42-45); Pizarro (2012:71-77).
14. Holanda (1994: 24-27).
15. Carvajal (1941: 30); Carvajal (1941: 60-61).
16. Raleigh (1997: 199).
17. Maderuelo (2012: 214, nota 10).
18. Acuña (1994: 49); Acuña (1994: 152).
19. Acuña (1994: 152-153).
20. Maderuelo (2012: 111).
21. “Assim, o francês insinuava que nenhum conhecimento relevante havia sido obtido desde a viagem de Acuña, cem anos antes.” (Safier, 2009: 95).
22. La Condamine (1984: 45).
23. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 10.
24. La Condamine (1984: 42).
25. Safier (2009: 106-111).
26. Ele foi o grande financiador das despesas de dom Luís e de outros embaixadores portugueses em Paris, que afirma que “a casa de Conway tem maior reputação”. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT). Ministério dos Negócios Exteriores (MNE). Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luís da Cunha. Livro 793, f.407, 6 de agosto de 1724. “Poderei juntar que o dito Pedro Nolasco Conway é muito inteligente”. ANTT. MNE. Correspondência entre diplomatas portugueses e secretários de Estado. Dom Luís da Cunha. Livro 790, f.395.
27. “Em 1729, m. Couvai Chevalier de de Christ en Portugal, et recommandable par son gout pour la litterature, qui lui avoit donné lieu former une Bibliotheque considérable, en livres Espagnols et Portugais”. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 13-14. “Les livres les plus rares en toutes matieres; mais elle est particulaerement distingée par les manuscrits les plus curieux & par la partie des livres espagnols & Portugais, dont la préciese collection en tous genres est unique dans l'Europe”. *Catalogue des livres de la bibliothèque de feu Mr. de Couvay*, v.
28. BNF. DCP. GE DD 2987 (9550). *Carte du cours de la rivière des Amazones ou de Maragnon depuis l'entrée du Para en remontant jusqu'au confluent de la Rivière Noire où l'on a marqué entre autres circonstances, les établissements des Portugais, et un grand nombre de Missions établies chés les indiens, dressée sur les Mémoires du P. Ignacio dos Reys*, D'Anville, 1729, 34 X 53,5cm.
29. La Condamine (1984: 81).
30. La Condamine (1984: 81-83).
31. La Condamine (1984: 84).
32. Safier (2009: 107).
33. Rousseau (1995: 439-440).
34. La Condamine (1984: 84).
35. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 11.
36. Burnet (2001: 25).
37. Raleigh (1997: 149, grifos do autor).
38. Raleigh (1997: 193-194, grifos do autor)
39. Graham Burnet, seguindo as informações de Humboldt, afirma que Horstman era holandês. No entanto, no manuscrito do mapa, pertencente a D'Anville, percebe-se que tinha origem germânica, pois lê-se: “Nicolas Horstman nativo de Hildesheim na Westphalie”. D'Anville afirma

que ele era cirurgião e Burnet que era comerciante. Esse mesmo autor, no entanto, salienta que a vida de Horstman foi cercada de mistérios. Burnet (2001: 30-31).

40. BNF. DCP. Ge DD 2987 (9612). *Carte huilée de la route de Nicolas Horstman natif de Hidelsheim en Westphalie depuis Rio Esquibé jusqu'à Rio Negro*, 17.. [communiqué par M. de La Condamine] 1 carta manuscrita; 49,5X32,5cm.

41. Burnet (2001: 30-31).

42. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 11.

43. Burnet (2001: 31).

44. D'Anville, "Premiere Lettre de Monsieur d'Anville, à Messieurs du Journal des Sçavans, sur une Carte de l'Amérique Méridionale qu'il vient de publier". *Journal des Sçavans*, 552-553, March, 1750, Paris.

45. BNP. DCP. Ge DD 2987 (9561).

46. BNP. DCP. Ge DD 2987 (9562).

47. BNP. DCP. Ge DD 2987 (9559), I. Janssonius, *Guiana sive amazonum regio*. Amstelodami, 17eme; BNP. DCP. Ge DD 2987 (9560) Guiljelmus Blaeuw, *Guiana sive amazonum regio*. Amstelodami, 1630 e BNP. DCP. Ge DD 2987 (9162) Guiljelmus Blaeuw, *America Meridionale Venetia*.

48. "Mas, antes de descer mais abaixo representando o rio das Amazonas, não se pode omitir uma comunicação quase inteiramente praticada entre o rio Negro e o Essequibé." (Premiere Lettre de Monsieur d'Anville, à Messieurs du Journal des Sçavans, sur une Carte de l'Amérique Méridionale qu'il vient de publier, *Journal des Sçavans*, 552-553, March, 1750, Paris).

49. Esta simplificação pode ser atribuída a duas razões. A primeira refere-se a uma questão de escala, visto que o segundo lago apresenta dimensões muito reduzidas e não teria tamanho suficiente para figurar na carta. A segunda, ao caráter sazonal dessas águas, já que o próprio Horstman indicou que os lagos se apresentavam cobertos por juncos, o que levaria D'Anville a concluir tratar-se de um único lago.

50. *Lieue* ou léguas: medida francesa de distância que variava conforme a região. A légua comum correspondia a aproximadamente 3,333 metros ou 2500 passos.

51. De fato, em fins do século XVIII, o barão do Rio Branco vai utilizar este mapa de D'Anville nas negociações com os britânicos sobre a Guiana, procurando provar a antiguidade da posse portuguesa sobre a região do Amucu.

52. Ele fez cinco reimpressões do mapa, em 1754, 1760, 1765, 1772 e 1779, onde alterou pontos específicos. A permanência da data da primeira edição dificulta a identificação correta das reimpressões. O comum era atualizar a data da edição para acentuar as novidades introduzidas, para mim, a explicação para a continuidade, é que, para D'Anville, a *Amérique méridionale* constituía-se em um único mapa, estando o mesmo permanentemente em aberto.

53. BNP. DCP. Ge DD 2987 (9169B) (1). *Amérique méridionale*, d'Anville, 1760.

54. BNF. DCP. GE D 10.658. D'Anville. *Deux fragments d'une Carte de l'Amérique du Sud*.

55. BNF.DCP. Ge C 11339 (rés).

56. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 11.

57. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 11.

58. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 11.

59. D'Anville, "Second Lettre de Monsieur d'Anville, à Messieurs du Journal des Sçavans, sur une Carte de l'Amérique Méridionale qu'il vient de publier". *Journal des Sçavans*, 664, Avril, 1750, Paris.

60. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 11.

61. Foi enviado pela Coroa espanhola para produzir, sob encomenda, com D'Anville e La Condamine a *Carta de la Provincia de Quito*, tendo sido o mesmo terminado no começo de 1750. Safier, N. *Measuring the New World*.

62. Os mapas da coleção referentes à "Guiana holandesa e seus detalhes" vão da entrada Ge DD 2987 (9592) a (9613), sendo que faltam as de número 9593, 9595 e 9606 a 9608. O número 9612 corresponde ao mapa de Horstman. As demais entradas existentes são relativas ou às cartas

holandesas do século XVII, ou aos mapas de Nicolas Bellini, posteriores e em grande parte baseados na própria cartografia de D'Anville.

63. BNP. DCP. Ge DD 2987 (9166).

64. D'Anville, *Second Mémoire concernant l'Amérique méridionale*, 12.

65. Safier (2008: 149).

66. Safier (2008: 134).

67. Reinhartz (1997: 83).

68. Safier (2009: 97-102).

69. Safier (2008: 59-60).

70. Safier (2008: 123-165).

71. Furtado (2012: 305-307).

72. Tratado de Madri. Disponível em: <http://www.info.lncc.br/madri.html>. Acesso em: 07/07/2009 (grifos nossos).

73. BNRJ. ARC.030,01,009. *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Medirional*. No anno de 1749, verso.

74. Ferreira (2001, 2007).

ABSTRACTS

This article focuses on Sheet 1 of the *Amérique méridionale* map, by the French geographer Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, produced in collaboration with the Portuguese ambassador Dom Luís da Cunha, which represents the Amazon region. The objective is to discuss the appearance and erasure of mythological images in the different versions of the map, the original, from 1748, and that of 1760. The choice of the toponym Amazonas, based on the belief of the existence of these mythological warriors, and the Parima lake, in a geopolitical context of territorial disputes, served to justify the domination, or not, of the two Iberian Crowns – Portugal and Spain – over the region of the Amazon River basin.

Este artigo se debruça sobre a Folha 1 do mapa *Amérique méridionale*, de autoria do geógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, produzido em colaboração com o embaixador português dom Luís da Cunha, que representa a região amazônica. O objetivo é discutir o aparecimento e o apagamento de imagens mitológicas nas diferentes versões da carta, a original, de 1748, e a de 1760. A escolha do topônimo Amazonas, baseado na crença da existência destas mitológicas guerreiras, e o lago Parima serviram, num contexto geopolítico de disputas territoriais, para justificar o domínio, ou não, das duas Coroas ibéricas – Portugal e Espanha – sobre a região da bacia do rio Amazonas.

Este artículo se centra en la Hoja 1 del mapa de *Amérique méridionale*, del geógrafo francés Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, elaborado en colaboración con el embajador portugués Dom Luís da Cunha, que representa a la región amazónica. El objetivo es discutir la aparición y borrado de imágenes mitológicas en las diferentes versiones de la carta, la original, de 1748, y la de 1760. La elección del topónimo Amazonas, basada en la creencia en la existencia de estas guerreras mitológicas, y del lago Parima, en un contexto geopolítico de disputas territoriales, sirvió para justificar el dominio, o no, de las dos Coronas Ibéricas, Portugal y España, sobre la región de la cuenca del río Amazonas.

Cet article se concentre sur la feuille 1 de la carte *Amérique méridionale*, du géographe français Jean Baptiste Bourguignon d'Anville, réalisée en collaboration avec l'ambassadeur portugais Dom Luís da Cunha, qui représente la région amazonienne. L'objectif est de discuter de l'apparition et de l'effacement des images mythologiques dans les différentes versions de la carte, entre l'original, de 1748, et celui de 1760. Le choix du toponyme Amazonas, basé sur la croyance à l'existence de ces guerriers mythologiques, et le lac Parima a servi, dans un contexte géopolitique de conflits territoriaux, à justifier la domination, ou non, des deux couronnes ibériques - Portugal et Espagne, sur la région du bassin de l'Amazone.

INDEX

Keywords: cartography, Luís da Cunha, Amazon, D'Anville, myths

Chronological index: 1748-1760

Palabras claves: cartografia, don Luís da Cunha, Amazônia, D'Anville, mitos

Geographical index: Amazônia

Palavras-chave: cartografia, dom Luís da Cunha, Amazônia, D'Anville, mitos

Mots-clés: cartographie, dom Luís da Cunha, Amazon, D'Anville, mythes

AUTHOR

JUNIA FERREIRA FURTADO

Membro do Corpo Permanente do PPGHIS da UFMG e como visitante na UNIFESP

juniarf@ufmg.br